



Goiânia, 09 de maio de 2022.

RESOLUÇÃO CREF14/GO-TO Nº 107/2022

Dispõe sobre o período de conciliação dos débitos junto ao CREF 14/GO-TO

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 14ª REGIÃO - CREF14/GO-TO, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, e o disposto nos incisos II e IX do art. 40 do Estatuto do Conselho Regional de Educação Física da 14ª Região – CREF14 GO/TO;

CONSIDERANDO a Lei 12.514/2011 que trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral;

CONSIDERANDO o Código Tributário Nacional;

CONSIDERANDO a Resolução CONFEF nº 316/2016 que dispõe sobre os procedimentos de cobrança administrativa, judicial e inscrição de débitos na Dívida Ativa dos Conselhos Federal e Regionais de Educação Física;

CONSIDERANDO a necessidade de adotar medidas administrativas e judiciais com o objetivo de reverter o quadro de inadimplência tanto em acordos administrativos como em audiências de conciliação, mediante a proposição de acordos relativos à recuperação de créditos;

CONSIDERANDO a deliberação da Plenária do CREF14/GO-TO, ocorrida em Reunião em 20 de novembro de 2021;

CONSIDERANDO a deliberação da Plenária do CREF 14/GO-TO, ocorrida em Reunião em 30 de abril de 2022;

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DO PROGRAMA:

Art. 1º É instituído o Primeiro Programa de Conciliação de Recuperação de Créditos do Conselho Regional de Educação Física da 14ª Região Goiás e Tocantins, que ocorrerá do dia 20 de maio de 2022 até 18 de junho de 2022, destinado a promover a regularização dos créditos decorrentes de débitos dos Profissionais de Educação Física e Pessoas Jurídicas registrados, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, decorrente de:

I - anuidades vencidas até o ano de 2021;



II - multas aplicadas;

III - parcelamento anterior à vigência desta Resolução, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento;

§ 1º - O disposto neste artigo não se aplica aos débitos de anuidades referentes ao exercício de 2022 em diante.

§ 2º - À exceção do parcelamento das anuidades do ano em curso, a opção pelo Primeiro Programa de Conciliação de Recuperação de Créditos do CREF 14/GO-TO, exclui a concessão de qualquer outra forma de parcelamento, extinguindo os parcelamentos anteriormente concedidos, admitida a transferência de seus saldos para a modalidade desta Resolução, observado o disposto no inciso III do caput deste artigo.

§ 3º - Nos casos em que houver penhora judicial efetiva ainda não convertida em renda ao Conselho, o parcelamento de que trata esta Resolução não poderá ocorrer, sob pena de afronta à proibição de renúncia fiscal.

§ 4º - Findo o prazo mencionado no caput deste artigo para o Primeiro Programa de Conciliação de Recuperação de Créditos do CREF 14/GO-TO, as regras de parcelamento estipuladas nesta resolução perderão a eficácia.

§ 5º - O Primeiro Programa de Conciliação de Recuperação de Créditos do CREF 14/GO-TO estará disponível para adesão exclusivamente no sítio eletrônico <https://www.cref14.org.br> o qual poderá ser aderido até o prazo final que será dia 18 de junho de 2022.

Art. 2º Em caso de parcelamento, o crédito ficará com sua exigibilidade suspensa nos termos do artigo 151, VI, e o prazo prescricional interrompido a partir de sua inadimplência, nos termos do artigo 174, parágrafo único, I, ambos do Código Tributário Nacional.

Art. 3º Ocorrendo o pagamento integral ou parcelado da dívida, o processo administrativo de cobrança será encerrado após a respectiva quitação, com o consequente arquivamento do mesmo, dando-se por extinto o crédito devido, por força do artigo 156, I do Código Tributário Nacional.

Art. 4º - O ingresso no Primeiro Programa de Conciliação de Recuperação de Créditos dar-se-á por opção do Profissional de Educação Física e/ou Pessoa Jurídica até o dia 18 de junho de 2022, sendo necessária a formalização de Termo Administrativo de Confissão e Negociação de Dívida, nos termos do Anexo I desta Resolução.

CAPÍTULO II SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES COMUNS AOS PARCELAMENTOS

Art. 5º Os débitos dos Profissionais de Educação Física e/ou das Pessoas Jurídicas registradas



no Conselho Regional de Educação Física da 14ª Região Goiás e Tocantins, observadas as condições de adesão ao Programa estabelecidas no artigo 1º desta Resolução, serão totalizados na data do requerimento e divididos pelo número de parcelas pactuadas entre as partes.

Art. 6º - A opção pelo Primeiro Programa de Conciliação de Recuperação de Créditos do CREF 14/GO-TO, descrita no art. 4º desta Resolução, sujeita os Profissionais de Educação Física e/ou Pessoas Jurídicas a:

I – confissão irrevogável e irretratável dos débitos existentes;

II – aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas;

IV – atualização anual do cadastro junto ao CREF 14/GO-TO, mediante atualização de endereço residencial completo com CEP, endereço eletrônico e número de telefone pessoal para contato.

Art. 7º - O Profissional de Educação Física e/ou Pessoa Jurídica optante pelo Primeiro Programa de Conciliação de Recuperação de Créditos do CREF 14/GO-TO, será dele excluído, mediante ato do respectivo CREF 14/GO-TO, em razão de inadimplência por não pagamento de quaisquer parcelas assumidas, o que primeiro ocorrer, relativamente a qualquer dos créditos elencados no art. 1º desta Resolução.

§ 1º - No caso de exclusão do Profissional de Educação Física e/ou da Pessoa Jurídica do Primeiro Programa de Conciliação de Recuperação de Créditos do CREF 14/GO-TO, as parcelas não liquidadas dos créditos de que trata ao art. 1º desta Resolução retroagirão à data base do valor do débito, quando será efetuada a apuração do valor devido, acrescido com multa e juros legais até a data do pagamento.

§ 2º - As parcelas pagas com até 29 (vinte e nove) dias de atraso não configurarão inadimplência para os fins do disposto no caput deste artigo.

§ 3º - A exclusão do Programa produzirá efeitos a partir do mês subsequente àquele em que for cientificado o Profissional de Educação Física e/ou Pessoa Jurídica.

Art. 8º - A certidão positiva com efeito de negativa, emitida durante a vigência do parcelamento pelo Primeiro Programa de Conciliação de Recuperação de Créditos do CREF 14/GO-TO, deverá conter prazo de validade até o vencimento da próxima parcela, podendo o CREF 14/GO-TO, validá-la, sucessivamente, durante o exercício, tudo conforme o modelo constante no Anexo II desta Resolução, e deverá ser solicitada para a gerência de atendimento através do e-mail cref14@cref14.org.br

Seção II

DO PARCELAMENTO DOS DÉBITOS

Art. 9º - A dívida existente em nome do Profissional de Educação Física e/ou da Pessoa Jurídica será discriminada por exercício e por débito, sendo após totalizada e tendo por base a data da formalização do pedido de ingresso no No Primeiro Programa de Conciliação de Recuperação



de Créditos do CREF 14/GO-TO e poderá ser:

I – parcelada até o número máximo de 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, no cartão de crédito, em até 3 (três) parcelas mensais e sucessivas, no boleto, vencíveis preferencialmente no dia aprazado;

II – reduzidos progressivamente os encargos moratórios de acordo com o número de parcelas na seguinte proporção:

- a). 100 % (cem por cento) de desconto de juros e multa, para pagamentos a vista, do total dos débitos em aberto;
- b). 90% (noventa por cento) de desconto de juros e multa, para os valores parcelados em até duas vezes, no cartão de crédito ou boleto; e
- c). 80 % (oitenta por cento) de desconto de juros e multa, para os valores parcelados em até três vezes, no cartão de crédito ou boleto; e

III – para parcelamentos realizados acima de 3 (três) parcelas, não serão concedidos descontos, e serão nas seguintes proporções de valores:

- a). Valores até R\$ 2.000,00 (dois mil reais) poderão ser parcelados em até 5 (cinco) vezes, no cartão de crédito;
- b). Valores de R\$ 2.000,01 (dois mil reais e um centavo) até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) poderão ser parcelados em até 9 (nove) vezes no cartão de crédito;
- c). Valores acima de R\$ 4.000,01 (quatro mil reais e um centavo) serão parcelados em até 12 (doze) vezes no cartão de crédito.

§ 1º - A totalização de que trata o caput deste artigo abrangerá todos os débitos descritos no art. 1º desta Resolução existentes em nome do Profissional de Educação Física e/ou da Pessoa Jurídica, observado o disposto no art. 1º deste normativo.

§ 2º - A primeira parcela será quitada no mesmo dia da assinatura do termo de adesão.

§ 3º - Após o vencimento incidirá sobre o valor da parcela multa de 2% (dois por cento), além do juro de mora de 1% (um por cento) ao dia, acrescido de correção monetária com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - I.P.C.A.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10 - A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Marcelo de Castro Spada Ribeiro
Presidente Cref14/GO-TO
CREF 001934-G/GO



Anexo I

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 14ª REGIÃO

Termo Administrativo de Conciliação de Dívida

O Conselho Regional de Educação Física 14ª Região de Goiás e Tocantins, doravante denominado CREDOR, neste ato representado por seu **Presidente Marcelo de Castro Spada**, nos termos da **Resolução Normativa CREF 14/GO-TO nº 107/2022** e o xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito(a) no CREF14 sob o nº xxxxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado(a): xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, doravante denominado(a) DEVEDOR(A); considerando o permissivo previsto no art. 6º, § 2º, da Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, que expressamente autoriza os Conselhos de Profissionais Regulamentadas a promoverem recuperação de créditos, isenções e conceder descontos;

RESOLVEM Celebrar CONCILIAÇÃO em relação ao(s) débito(s) referente(s) à(s) anuidade(s)/multa(s) do(s) exercício(s) de XXX, que o devedor, neste ato, os reconhece na integralidade, devido(s), mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira – o montante da dívida reconhecida pelo(a) devedor(a), nela incluídos correção monetária, juros e multa(s), corresponde ao valor de R\$ xxxxxxxxxxxx

Cláusula Segunda – Para efeitos da presente CONCILIAÇÃO fica concedido o desconto de , incidentes exclusivamente sobre juros e multa(s) do montante acima apurado, correspondendo ao valor de R\$ XXXXXX. Assim o débito a ser quitado pelo(a) Devedor(a) será no importe de R\$ XXXXX

Cláusula Terceira – Fica estabelecido que o valor constante na Cláusula Segunda será solvido em 1 (Uma) parcela(s), conforme abaixo discriminado,

PARCELAS	VALOR (R\$)	VENCIMENTO
XX	R\$ XXX	XXXX

Cláusula Quarta - O CREDOR não está obrigado a providenciar qualquer Notificação ou Intepelação para constituir o(a) DEVEDOR(A) em mora, ficando convencionado entre as partes que o não pagamento de quaisquer das parcelas nos vencimentos estipulados, implicará a imediata rescisão deste Termo, o vencimento antecipado do débito com o acréscimo dos descontos incidentes sobre as parcelas remanescentes e adoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis, com os acréscimos legais.

Cláusula Quinta - A assinatura deste instrumento pelo(a) DEVEDOR(A) importa em confissão



Conselho Regional de Educação Física - 14ª Região

GOIÁS E TOCANTINS
CNPJ 08.024.822/0001-14



irrevogável e irretratável do(s) débito(s); renúncia expressa ao direito de ação sobre débitos objeto do acordo, inclusive desistência de ações judiciais eventualmente ajuizadas e lides administrativas; e aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas.

Por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em duas vias. XX mês de ano

Devedor(a): xxxxxxxx

CPF: xxxxxxxxxxxx

GO-00000

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 14ª REGIÃO DE GOIÁS E TOCANTINS



Conselho Regional de Educação Física - 14ª Região

GOIÁS E TOCANTINS
CNPJ 08.024.822/0001-14



Anexo II

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITO COM EFEITO DE NEGATIVA

O Conselho Regional de Educação Física da 14ª Região GOIÁS E TOCANTINS – CREF 14/GO-TO certifica que o(a) Profissional de Educação Física _____ (Pessoa Física), nacionalidade, estado civil, portador de identidade nº CREF _____, inscrito no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado a _____ OU a Pessoa Jurídica _____, registrada no Sistema CONFEF/CREFs sob o nº _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada por seu representante legal, _____, nacionalidade, estado civil, portador de identidade nº CREF _____, inscrito no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado a _____, encontra-se com débito parcelado adimplente, ou seja, com regularidade na amortização do pacto.

Esta CERTIDÃO tem o mesmo efeito da Certidão Negativa, mas não plenamente, em virtude de não haver a quitação da dívida parcelada.

A falsificação desta CERTIDÃO constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva sanção penal.

Válido até ____/____/____ (validade até o vencimento da próxima parcela)

Data

Presidente Marcelo de Castro Spada Ribeiro
CREF 001934-G/GO

RESOLUÇÃO CREF14GO-TO N° 1072022.docx

Documento número #4e96cc07-6ec4-433d-8db1-df8c7c103ca0

Hash do documento original (SHA256): c61ce735fad0bccb2644aaa64a14e185b0024001860fde922610489ecec1cced

Assinaturas

Marcelo de Castro Spada Ribeiro

CPF: 828.357.051-04

Assinou em 09 mai 2022 às 12:24:51

Emitido por Clicksign Gestão de Documentos S.A.

Log

- 09 mai 2022, 12:19:16 Operador com email secretariaexecutiva@cref14.org.br na Conta e077d93b-d258-4fdc-81fb-4ef59b736c3b criou este documento número 4e96cc07-6ec4-433d-8db1-df8c7c103ca0. Data limite para assinatura do documento: 08 de junho de 2022 (12:18). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 09 mai 2022, 12:19:22 Operador com email secretariaexecutiva@cref14.org.br na Conta e077d93b-d258-4fdc-81fb-4ef59b736c3b adicionou à Lista de Assinatura: marcelospada@cref14.org.br, para assinar, com os pontos de autenticação: email (via token); Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Marcelo de Castro Spada Ribeiro e CPF 828.357.051-04.
- 09 mai 2022, 12:24:51 Marcelo de Castro Spada Ribeiro assinou. Pontos de autenticação: email marcelospada@cref14.org.br (via token). CPF informado: 828.357.051-04. IP: 177.69.51.61. Componente de assinatura versão 1.267.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
- 09 mai 2022, 12:24:51 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 4e96cc07-6ec4-433d-8db1-df8c7c103ca0.



Documento assinado com validade jurídica.

Para conferir a validade, acesse <https://validador.clicksign.com> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 4e96cc07-6ec4-433d-8db1-df8c7c103ca0, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.